EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra Email: imprensa@uc.pt URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA

Margarida Albino

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRINT BY KDP

ISSN 2183-1610

ISBN

978-989-26-1890-6

ISBN DIGITAL 978-989-26-1891-3

DOI

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1891-3

© JUNHO 2020, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



MEDIA, INFORMAÇÃO E LITERACIA

RUMOS E PERSPETIVAS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES MARIA BEATRIZ MARQUES JOÃO FIGUEIRA EDIÇÃO

A EDUCOMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO MOVIMENTO EM TORNO ÀS LITERACIAS MEDIÁTICAS E INFORMACIONAIS:

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA
EDUCOMMUNICATION IN THE CONTEXT
OF THE MOVEMENT IN RELATION
TO MEDIA AND INFORMATION LITERACIES:
THE BRAZILIAN EXPERIENCE

Ismar de Oliveira Soares¹
<u>ismardeoliveira.soares@gmail.com</u>
USP

Resumo: Como opção para o desenvolvimento de programas de educação mediática, um significativo número de especialistas brasileiros tem optado pela prática educomunicativa. O presente artigo apresenta a Educomunicação enquanto um paradigma orientador de ações no contexto de uma política educacional destinada à formação das novas gerações para a análise da mídia e o exercício da expressão, de acordo com o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse contexto, o termo designa, de forma abrangente, o esforço coletivo de uma dada comunidade na construção de ecossistemas comunicativos abertos à participação colaborativa dos sujeitos sociais. No caso, na perspectiva pedagógica, o conceito refere-se aos procedimentos que facilitam a análise do mundo da comunicação (literacia midiática), ampliando, ao mesmo tempo, os espaços de fala, visando democratizar os acessos às tecnologias da informação e colocar o exercício universalizado da comunicação a serviço da cidadania plena. A partir desta perspectiva, o artigo,

 ¹ Professor da Universidade de São Paulo. Fundador do Núcleo de Comunicação e Educação da USP http://www.nceusp.blog.br/. Presidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação www.abpedudocm.org.br.

depois de historicizar a emergência do conceito, dedica subitens para considerar a contribuição da Educomunicação para o desenvolvimento de uma cultura que tenha na comunicação dialógica o caminho para uma convivência cidadã. Identifica um estudo comparado de política pública em torno ao tema, abordando o trabalho com Mídia-Educação, no Rio de Janeiro, e com Educomunicação, em São Paulo, chegando, finalmente, às perspectivas que se abrem para projetos de educação midiática e informacional no atendimento à reforma curricular do ensino básico, no Brasil. O texto finaliza suas considerações documentando o ingresso do conceito e sua aplicação na Europa e África, para, finalmente, referir-se à hipótese de que o novo paradigma estaria traduzindo o que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos define como "Epistemologia do Sul".

Palavras-chave: Educomunicação; literacia midiática; mídia-educação; reforma curricular; experiências educomunicativas no Brasil; direito de expressão

Abstract: As an option for the development of media education programs, a significant number of Brazilian specialists have opted for educommunication practice. This article presents Educommunication as a guiding paradigm of actions in the context of an educational policy aimed at training the new generations for the analysis of the media and the exercise of expression, according to Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights. In this context, the term designates, in a comprehensive way, the collective effort of a given community in the construction of communicative ecosystems open to the collaborative participation of social subjects. In this case, in the pedagogical perspective, the concept refers to procedures that facilitate the analysis of the world of communication (media literacy), expanding at the same time, the spaces of speech, aimed at democratizing access to information technologies and putting exercise communication at the service of full citizenship. From this perspective, the article, after historicizing the emergence of the concept, dedicates subitems to consider the contribution of Educommunication to the development of a culture that has in dialogical communication the

path to a citizen's coexistence. It identifies a comparative study of public policy around the theme, addressing the work with Media-Education in Rio de Janeiro and with Educommunication in São Paulo, arriving, finally, at the perspectives that open up to projects of media and information education in the curricular reform in Brazil. The text finalizes its considerations documenting the entry of the concept and its application in Europe and Africa, to finally refer to the hypothesis that the new paradigm would be translating what the Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos defines as "Epistemology of the South".

Keywords: Educommunication; media literacy; media-education; curricular reform; educational experiences in Brazil; right of expression

AQUI, NÓS APRENDEMOS A FALAR E A EXPRESSAR O QUE SENTIMOS!

A partir do ano 2000, a prática educomunicativa espalhou-se muito rapidamente, no Brasil e nos diferentes países da América Latina, alcançando importantes segmentos, incluindo redes públicas de educação formal e um crescente número de organizações da sociedade civil. Como resultado deste esforço, quando alguém pergunta a alguma criança, adolescente ou jovem, em qualquer parte do país, seja nos centros urbanos ou mesmo nas regiões mais afastas da floresta amazônica, por que motivos continuam a participar de projetos "Educom", a resposta vem rápida:

- A gente aprende como os meios de comunicação funcionam. Ficamos atentos quando querem nos manipular!
 - Aqui, nós aprendemos a falar e a expressar o que sentimos!
 - Eu era tímido. Aprendi a me relacionar, a me comunicar!
- Falamos dos direitos das pessoas diferentes de nós, falamos sobre como preservar o meio ambiente!

- Combatemos todo tipo de violência!
- Temos nossos direitos e, nesse projeto, aprendemos como fazer para defendê-los!
- Somos respeitados e aprendemos a respeitar os outros, nossos professores, nossos colegas!

São experiências, desejos e sonhos que caracterizam as avaliações de programas destinados a facilitar a participação das novas gerações em ações comunicativas, onde lhes são facilitadas experiências de recepção crítica e ativa das mensagens midiáticas². e sobretudo, lhes é facultado o exercício do protagonismo comunicativo na defesa de causas de interesse comum.

Foi justamente a partir deste relato que nos animamos a aceitar o convite da Universidade de Coimbra e do Instituto Palavra Aberta para participar do presente seminário, falando sobre a Educomunicação no contexto do movimento internacional em torno às literacias midiáticas e informacionais

VINTE ANOS DEPOIS!

Estar na Universidade de Coimbra, no mês de maio de 2018, e dialogar com os promotores da educação midiática em Portugal, ganha, para a instituição que representamos, um significado especial, levando em conta que há exatamente 20 anos a cidade de São Paulo

² Crianças como essas, cujas falas reproduzimos, apareceram no maior jornal da televisão brasileira, o Programa Fantástico, da Rede Globo, na noite de 7 de outubro, exemplificando como se defendem das Fake News. A reportagem, intitulada "Força dos jornais tradicionais faz da Finlândia um país imune às fake News", reproduzia – a título de exemplo – o trabalho educomunicativo da EMEF Casa Blanca, da Secretaria Municipal de São Paulo, que adota o projeto Imprensa Jovem, mostrando, como no Brasil, em igualdade com uma escola da Finlândia, se desenvolve uma proposta de educação midiática e informacional com ativo envolvimento juvenil: https://globoplay.globo.com/v/7071684/programa/>.

sediava o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação, momento em que o recém-criado Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo anunciava, diante de um grupo representativo de 170 especialistas de 30 países dos cinco continentes, a sistematização do referido conceito da Educomunicação³.

Aqui estamos, pois, para dar continuidade ao diálogo iniciado em 1998. Nesse sentido – enquanto aprendemos com os colegas portugueses sobre a singularidade da prática lusitana de Educação para os Mídias – expressamos nossa gratidão pela oportunidade de discorrer sobre as conquistas que obtivemos, no Brasil, ao mobilizar, ao longo das duas últimas décadas, gestores de projetos culturais, educadores, assim como crianças e jovens em torno de práticas voltadas para a formação de sujeitos midiáticos, convertidos, pela Educomunicação, em protagonistas de seus próprios processos comunicativos.

CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO

Nossa intervenção neste congresso carrega um indisfarçável tom de otimismo e esperança pelas ações voltadas à educação midiática no Brasil. Encontramo-nos, hoje e diferentemente do que ocorria há uma década, num momento de aproximações de diferentes correntes de pensamento sobre o tema. Reportamo-nos, de um lado, aos grupos que, na linha da UNESCO, trabalham com o termo Mídia-Educação e, de outro, àqueles que mais recentemente escolheram

³ O anúncio, em São Paulo, em 1989, do desconhecido conceito da Educomunicação foi lembrado pelo pesquisador Joseph DAVADOSS, em recente livro publicado na Índia, intitulado: *Media Education: Key Concepts, Perspectives, and Main Paradigms; as Addressed by the International Congresses for Communication Within the Period 1990-2000*. De acordo com Devadoss, dos cinco eventos internacionais sobre o tema da educação midiática, realizados na década de 1990, três foram produzidos na Europa com apoio da Unesco, dois no Canadá e este, do Brasil, com o tema "Mutimedia and Education in a Globalized World".

em consonância com a tradição latino-americana de resistência
 cultural – trabalhar a partir do que se denomina como paradigma
 educomunicativo.

A literatura sobre a Mídia-Educação é sobejamente conhecida. Já a da Educomunicação encontra-se em construção, como demostra a Banco de Teses da CAPES/MEC, que registra um volume de 348 pesquisas em nível de pós-graduação, voltadas para o conceito e suas práticas, produzidas ao longo de suas décadas, em 91 centros de pesquisa, em todo o país⁴.

O que diferencia estas duas correntes é, basicamente, o fato da tradição da *Media Education* partir do campo da educação: são educadores oportunizando metodologias e referenciais para a análise da mídia. Já a Educomunicação parte de uma nascente área de interface. Foi o que identificamos a partir de uma pesquisa realizada entre 1997 e 1999, num trabalho articulado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP ouvindo e debatendo com especialistas da América Latina.

O que identificamos foram sinais de um campo de ação emergente, de natureza transdisciplinar, com amplo potencial mobilizador de pessoas e grupos humanos, impulsionando-os a uma prática comunicativa com profunda intencionalidade educativa que prevê tanto a "literacia midiática" (conhecimento sistematizado sobre o universo dos meios de informação) quanto a "praxis comunicativa" (empoderamento dos sujeitos pela ação comunicativa) (Soares, 1999).

O NCE/NCE, ao deparar-se com o fenômeno, identificou que sua ontologia se contrapunha, simultaneamente, tanto ao iluminismo da educação tradicional, quanto ao funcionalismo da comunicação massiva. A rejeição aos modelos clássicos de educar e comunicar,

⁴ Consulta junto ao Banco de Teses da CAPES, realizada em 06/10/2018 .

conformavam uma prática coesa que advogava um novo paradigma de leitura do mundo, de suas educações e de suas comunicações.

Com um referencial simples, sólido e imediatamente compreensível, a recém-batizada Educomunicação foi imediatamente apresentada ao sistema formal de ensino, através de projetos destinados a cumprir metas precisas – como reduzir a violência nas escolas ou fortalecer o compromisso do público atingido com a preservação ambiental. Os resultados alcançados favoreceram a legitimação e a expansão do conceito convertido em referencial tanto para o ensino básico formal, numa cidade como São Paulo (Lei Educom, 2004)⁵, quanto para uma educação não formal, na periferia do país, como vem ocorrendo nas reservas ecológicas mantidas pelo Ministério do Meio Ambiente, em diferentes partes do Brasil, unindo filhos de comunidades indígenas e agricultores ribeirinhos, nas margens dos rios da Região Amazônica.

Constatou-se, assim, que termo Educomunicação passava a designar, de forma abrangente, um paradigma orientador de ações voltadas ao desenvolvimento de ecossistemas comunicativos abertos à participação colaborativa dos sujeitos sociais. No caso, o conceito passou a referir-se a um conjunto de procedimentos destinados a

⁵ No dia 28 de dezembro de 2004, a Câmara Municipal da cidade de São Paulo transformou o projeto Educom. Rádio em lei, sob o número 13.941. De acordo com tal dispositivo, cabe ao poder municipal criar programas para "desenvolver e articular práticas de Educomunicação, incluindo a radiodifusão restrita, a radiodifusão comunitária, bem como toda forma de veiculação midiática, de acordo com a legislação vigente, no âmbito da administração municipal", além de "incentivar atividades de rádio e televisão comunitária em equipamentos públicos". O governo municipal deverá, ainda, "capacitar, em atividades de educomunicação, os dirigentes e coordenadores de escolas e equipamentos de cultura do Município". Tanto "Lei Educom", de autoria do vereador Carlos Neder, quanto sua regulamentação contaram com a assessoria do Prof. Ismar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP e responsável pela implantação do Educom. rádio em 455 escolas de ensino fundamental da prefeitura. No dia 15 de dezembro de 2009, o Secretário da Educação, Alexandre Alves Schneider, editou a Portaria Nº 5.792, definindo normas complementares e procedimentos para a aplicação desta lei nas escolas do município.

favorecer a análise do mundo da comunicação (literacia midiática), ampliando, ao mesmo tempo, os espaços de expressão, visando democratizar os acessos às tecnologias da informação e colocando o exercício universalizado da comunicação ao serviço da cidadania plena.

Ao migrar dos espaços da educação popular não formal para o espaço da educação formal, a prática educomunicativa passou a reorientar as atividades de *análises de mídia*, deixando de adotar uma visão predominantemente culturalista para uma perspectiva dialética: a avaliação da natureza e da intencionalidade da mídia produzida pelos indivíduos e grupos, nos projetos educomunicativos, precedia e criava parâmetros para a análise da mídia de terceiros (como é o caso do sistema massivo de meios de comunicação). Em outas palavras: produzir comunicação – independentemente de sua complexidade – passava a ser condição indispensável para se aprender a analisar a indústria cultural da mídia.

Além da análise de mídia, a nova prática privilegia a *gestão das relações comunicacionais* (visando a melhoria do coeficiente comunicativo do convívio humano, em determinado espaço comunitário), mantendo-se, igualmente, atenta às atividades inerentes à *mediação das tecnologias nos espaços educativos* (com o desenvolvimento das habilidades do manejo colaborativo dos recursos da informação). Sendo assim, o novo paradigma de interface se materializa num diálogo permanente tanto com o campo da Educação quanto com o universo representado pela Comunicação Social, com suas ferramentas e linguagens.

A sistematização oferecida inicialmente pelo NCE/USP permitiu, ao longo dos últimos 20 anos, uma rápida disseminação do pensamento educomunicativo, alcançando a adesão de um crescente número de educadores, comunicadores e gestores de programas

sociais⁶. Consolida-se, por outro lado, em termos programáticos, ao transformar-se em objeto de políticas públicas, em espaços como os da educação curricular e da educação ambiental⁷, para lembrar algumas das áreas que construíram referenciais dando sustentação para sua aplicação, mediante leis, portarias e projetos.

EDUCOMUNICAÇÃO: PRÁTICAS COMUNICATIVAS PARA UMA CULTURA DE PAZ

Foi justamente o potencial do conceito em naturalizar – junto às crianças, adolescentes e jovens – a educação midiática como prática

⁶ A O WWF-Brasil, uma ONG participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social e econômico brasileiro, optou pela Educomunicação em sua prestação de serviço em defesa do meio ambiente. Ver a nota "Educommunication action for WWF-Brazil projects", acessível em: < https://www.wwf.org.br/informacoes/english/?66049/Educommunication-action-for-WWF-Brazil-projects >.

⁷ Foi a partir de 2005 que o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pela Ministra Marina Silva, iniciou o debate em torno da aplicação do conceito da Educomunicação no âmbito da sustentabilidade. A providência foi tomada pela área de Educação Ambiental do MMA, coordenada pelo Prof. Marcos Sorrentino, que solicitou a um dos membros de sua equipe, o cineasta Francisco de Assis Morais da Costa, que se deslocasse de Brasília para São Paulo para um diálogo com o NCE/ USP em torno do tema. A partir desta data, iniciativas foram sendo tomadas como a introdução do conceito como peça chave na implementação das Conferências Infanto-Juvenis de Meio Ambiente numa parceria com o Ministério da Educação. Encontros e workshops foram sendo realizados, ao longo do período, tendo como meta a construção de um referencial que, submetido à consulta pública, acabou se constituindo no texto comumente denominado como "Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)". Em 2010, coube ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAME), presidido pelo Ministro Carlos Minc, editar uma resolução especificando as modalidades do emprego do conceito. O caput da resolução afirma, textualmente: "Considerando a Educomunicação como campo de intervenção social que visa promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e à difusão da informação, envolvendo a ação comunicativa no espaço educativo formal ou não formal... o Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA resolve... No artigo 2, no tópico que se refere às abordagens da educação ambiental, a resolução afirma, na letra e) "promover a Educomunicação, propiciando a construção, a gestão e a difusão do conhecimento a partir das experiências da realidade socioambiental de cada local".

da cidadania, que levou a Educomunicação a ser aceite como uma opção na esfera das políticas públicas de ensino, no Brasil. O caso emblemático foi o projeto intitulado "Educomunicação pelas ondas do rádio" ou simplesmente *Educom.rádio*, implementado pelo NCE/USP junto a 450 escolas do ensino fundamental, na rede municipal de educação da cidade de São Paulo, entre 2001 e 2004. Seu objetivo: combater a violência nas escolas através de ações comunicativas voltadas para a cultura da paz.

A opção por trabalhar inicialmente com a rádio e não exatamente com uma tecnologia digital mais avançada, apontava para uma estratégia fundamental: o importante era que as crianças, adolescentes e jovens, além dos adultos que os acompanhavam (gestores, professores e colaboradores), descobrissem, através dos exercícios que realizavam juntos, em igualdade de condições, a riqueza de uma comunicação franca, aberta e essencialmente dialógica. No caso, a linguagem radiofônica, produzida em equipe, com revezamento de funções entre os integrantes dos grupos, simbolizava o tipo de relações que se pretendia vivenciar como mais adequada para superar possíveis conflitos. Não era, na verdade, apenas de meios de informação que se estava falando, mas das maneiras como os membros das comunidades educativas poderiam identificar e analisar os recursos tecnológicos, colocando-os ao serviço da melhoraria e do fortalecimento de seus relacionamentos, num dado espaço, seja uma escola, um centro comunitário ou mesmo a família.

Foram necessários sete semestres sequenciados (de agosto de 2001 a dezembro de 2004) e 1.008 encontros, de 8 horas cada um, durante 12 sábados por semestre, para que 11 mil pessoas vinculadas a todas as 450 escolas matriculadas no programa pudessem passar pelo Educom.rádio, em igualdade de condições! Para tanto, um total aproximado de 450 mediadores revezaram-se para atender os inscritos, todos municiados por uma mesma orientação no sentido de garantir coerência ao processo de formação.

Como a meta era combater a violência e criar uma cultura de paz, a cidadania passava a ser a razão de ser e a matéria prima de todo e qualquer atividade de educação midiática, não importando exatamente o veículo de comunicação que fosse empregado. E foi assim que os participantes aprenderam, progressivamente, a analisar a mídia e seu papel social, além de fazer rádio, produzir vídeos e trabalhar com os recursos digitais. O que caracterizava a ação era o comportamento colaborativo (professores e alunos trabalhando juntos, sempre!) e a gestão democrática de todo processo de produção midiática (professores, alunos e membros da comunidade – não importando a idade e a posição hierárquica, na escola – revezando-se na liderança dos trabalhos).

De 2001 a esta data, seis administrações públicas tiveram em suas mãos a gestão da cidade de São Paulo, cada uma delas vinculada a uma concepção partidária diferente. Ao longo deste período, as direções das escolas passaram por muitas mãos: novas gerações de professores, crianças e adolescentes cruzaram as portas das salas de aula. Mas... lá permaneceu a Educomunicação, como referencial permanente para uma comunicação solidária e para uma adequada análise de mídia⁸. A que se deve isso? A um grupo de gestores que entendeu que as relações comunicativas dialógicas representam uma conquista, materializando uma educação cidadã, aspirada por todos, na linha do que propunha Paulo Freire, antigo Secretário de Educação do município, na Gestão da Prefeita Luiz Erundina, entre 1989 e 1990.

⁸ Sugerimos dois documentários sobre o Educom.rádio, disponível no YouTube. O primeiro, de 2002, aborda a implantação do processo formativo (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FDEVvZY164U (Acesso em: 18 abr. 2018), e o segundo, de 2017, a prática de um dos 700 projetos vigentes na atualidade na mesma rede (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fbP8MJLAt1M (Acesso em: 18 abr. 2018).

EDUCOMUNICAÇÃO E A CONVIVÊNCIA CIDADÃ

Um exemplo da legitimidade atribuída ao conceito da Educomunicação ocorreu fora da escola, com a inclusão de sua prática em programas de formação de adultos: profissionais da segurança pública, implementado, no Brasil pelo Ministério da Justiça (MJ) em associação ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Foi o que se deu a partir de 2010, com uma série de cursos sobre *Convivência e Segurança Cidadã*. O paradigma educomunicativo foi explicitado no material de apoio denominado *Guia Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã*. A Educomunicação era, então, assumida como um possível caminho para se obter a melhoria das políticas públicas locais de segurança, especialmente no que diz respeito ao acesso à Justiça, à resolução pacífica de conflitos, à prevenção social do crime e à intervenção em lugares de alto risco.

Ao prever a presença efetiva da comunidade como condição de êxito para sua proposta de intervenção social, o programa do Ministério da Justiça e do PNUD endossou o conceito de participação como decorrência legítima e necessária de ações de mobilização comunitária. Como explica o *Guia* do curso, a prática comunicativa adequada seria aquela que cumprisse a função promover articulações de caráter dialógico, mobilizando pessoas, ideias, sentidos, diferenças, lugares, interesses e processos. Nesse sentido, esclarece o documento:

As políticas e práticas de Comunicação e Mobilização Social desempenham papel fundamental no processo de fortalecimento da identidade social, à medida que contribuem para estimular atores sociais a exercerem o controle democrático e o desempenho de novos papeis nas comunidades onde vivem e atuam,

principalmente quando aplicadas em projetos de Convivência e Segurança Cidadã, que pressupõem o fortalecimento de pessoas, relações, instituições e governos para o desenvolvimento de um ambiente seguro que incentive a convivência dos diferentes atores sociais e a resolução pacífica dos conflitos. (PNUD, 2013, p. 10).

O Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) ofereceu sua contribuição ao programa, em agosto de 2014, nos cursos desenvolvidos em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belém. Nas palestras do NCE/USP, assim como na assessoria oferecida pela CIPÓ – Comunicação Interativa, em Salvador, os participantes contaram com a intervenção da comunidade, através da presença e da fala de jovens vinculados a práticas educomunicativas.

A MÍDIA-EDUCAÇÃO, NO RIO DE JANEIRO, E A EDUCOMUNICAÇÃO, EM SÃO PAULO: UM ESTUDO COMPARADO

A presença do conceito vem sendo seguida por pesquisas acadêmicas. Em sua tese doutoral, defendida em 2018, Rosangela Rodrigues (Costa, 2018) optou por um estudo comparado das políticas públicas das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo sobre o tema da educação midiática. A análise da escolha por referenciais da Mídia-Educação, pelo Rio de Janeiro, e da Educomunicação, por São Paulo, levantou elementos que permitiram deduzir que há mais pontos em comum do que elementos que separam ou diferenciam as distintas práticas de educação midiática em vigor no Brasil.

Ao identificar, por exemplo, o predomínio da cultura audiovisual nos processos de educação midiática no Rio de Janeiro, a autora descobriu que a origem de tal preferência deveu-se à introdução, nesta cidade, no início da década de 1970, de um projeto latino-americano

de formação de crianças e jovens para a cultura cinematográfica, denominado Plan Deni. Nascida no Equador, sob a articulação da Organização Católica Internacional do Cinema (OCIC) e tendo passado por países como a República Dominicana e o Uruguai, a experiência chegou ao Rio de Janeiro, sob a denominação de CINEDUC. A metodologia participativa do projeto e sua defesa do protagonismo infanto-juvenil no trabalho com a mídia, deixou uma herança indelével no sistema educativo das escolas do município do Rio de Janeiro. Pois bem, a este mesmo projeto, Pablo Ramos, autor cubano, atribui a consolidação da prática educomunicativa na América Latina (Ramos, 2000)

O estudo comparado permitiu igualmente constatar que o diálogo entre paradigmas não significa a negação da identidade de cada prática. No caso da Mídia-Educação, ressalte-se sua tradição europeia sistematizada pela Unesco, a partir do Congresso de Grunwald, na Alemanha, nos inícios da década de 1980⁹. Segundo Bévort e Belloni, o termo em questão designa expressamente a prática pedagógica destinada a "oferecer a todos os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências para saber compreender a informação, ter o distanciamento necessário à análise crítica, utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens"¹⁰. Já o conceito "Educomunicação", como vimos anteriormente, aplica-se fundamentalmente às relações de comunicação em espaços educativos, buscando a implementação de uma gestão democrática dos recursos da informação com a participação de professores, estudantes e membros da comunidade educativa.

⁹ Cf. documento Grunwald declaration on Media Education, de 1982, disponível em: http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF>. Acesso em: 17 abr. 2018).

¹⁰ BEVORT, Evelyne & BELLONI, Maria Luiza. "Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas". Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.109, pp.1081-1102. Disponível em: http://scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf/. (Acesso em: 17 abr. 2018). Cf. sobre o tema da mídia-educação no Rio de Janeiro matéria feita pelo Canal Futura disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U8ZsKvRFqxg. Acesso em: 17 abr. 2018.

Para tanto, faz-se útil e necessário o domínio de metodologias de análise em comunicação, em projetos voltados para a educação em direitos humanos, além do exercício da prática comunicativa a partir do protagonismo dos sujeitos sociais (Soares, 2003).

Dados os objetos específicos relativos aos dois termos (*Mídia-Educação* e *Educomunicação*), alguns de seus seguidores encontram dificuldade na integração das respetivas práticas¹¹. No entanto, o avanço das pesquisas e a troca de experiências vêm permitindo uma paulatina aproximação entre seus promotores. Exemplos dessa aproximação teórico-metodológica são, em nível continental, os projetos Las Otras Voces (Argentina)¹² e Educom.rádio (Brasil)¹³. Em termos acadêmicos, bons frutos de aproximação vêm sendo colhidos, fruto da realização de congressos e seminários no continente, nos últimos cinco anos.¹⁴

¹¹ A razão básica dos estranhamentos reside na preocupação central dos dois referenciais: enquanto a Mídia-Educação tem como meta explícita debater a mídia, a Educomunicação centra sua atenção na construção de processos comunicativos. Tais especificações não têm impedido, contudo, uma mútua colaboração entre os promotores dos dois conceitos.

¹² Cf. entrevista com a coordenadora do projeto Las Otras Voces, em Buenos Aires, no endereço disponível a seguir: https://youtube.com/watch?v=wNgJyakFu1I. Acesso em: 17 abr. 2018.

¹³ As similitudes entre o projeto mídia-educativo Las Otras Voces, que implementou a prática de leitura da mídia e de produção radiofônica com jovens em 400 escolas da Argentina, de um lado, e o projeto Educom.rádio, que levou a Educomunicação a 455 escolas da rede municipal de educação de São Paulo, de outro, foram objetos de um estudo comparado, em nível de mestrado, de autoria de Ana Carolina Altieri Soares ("Educomunicação e cidadania na América Latina. A interface comunicação/ educação a partir das práticas sociais no continente: estudo de caso de políticas públicas na Argentina e no Brasil". 2012. 214 f. Dissertação no programa de Mestrado sobre a Integração da América Latina, USP, 2012).

¹⁴ A título de exemplo, enquanto o MEC trabalhava na elaboração do texto final da BNCC, promotores e pesquisadores das áreas de Mídia-Educação e Educomunicação reuniam-se no espaço da Escola de Comunicações e Artes da USP, em novembro de 2016, para participar do V Global Media and Information Literacy Week (ou simplesmente Global MIL Week), uma iniciativa da Unesco, com o objetivo de ampliar o debate sobre a educação midiática e informacional em todos os seus âmbitos e potencialidades. No mesmo período e local, promovia-se o VII Encontro Brasileiro de Educomunicação, que trazia ao espaço compartilhado com o evento internacional um total de 400 especialistas vinculados aos dois paradigmas de ações de educação

A MÍDIA EDUCAÇÃO E A EDUCOMUNICAÇÃO, IN DISPENSÁVEIS À REFORMA CURRICULAR, NO BRASIL

Para muitos, pode ter sido uma surpresa constatar que tema tão circunscrito na tradição pedagógica brasileira tenha obtido brechas significativas em cada uma das três sucessivas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento definidor da reforma do ensino pretendida pelo Ministério da Educação, com início, em todo o país, no ano 2020. Não restam dúvidas de que os técnicos e assessores que trabalharam na redação dos projetos tiveram acessos, ainda que não sistemáticos, a esses saberes recémdifundidos.

No caso da versão definitiva da BNCC, a aproximação do tema da educação midiática ganha destaque, logo no início do documento, no subtítulo "Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular" (páginas 7 e 8), em que, das dez referências, seis (as de número 3, 4, 5, 7, 9 e 10) mantêm algum vínculo teórico ou metodológico com o objeto de nossa reflexão: a "educação midiática e informacional".

No caso, são contemplados elementos que se relacionam à expressão cultural, ao uso das diferentes linguagens, à criação e à utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, sempre com a expressa recomendação de que isso se faça de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. Finalmente, é indicado o emprego de práticas de gestão educomunicativa, para lembrar que as recomendações

midiática. O fato registrou o fortalecimento de um movimento de aproximação entre os especialistas das duas áreas, a serviço de propósitos comuns. A documentação do VII Educom (com 120 *papers*, em 940 páginas) encontra-se registrada em Soares, Viana, & Xavier (2017). Nos anos subsequentes, a rede Alfamed (Red Interuniversitaria Euroamericana de Investigación sobre Competencias Mediáticas para la Ciudadanía) promovia em Juiz de Fora, Brasil (2017) e em Medellin (2018), respectivamente seu segundo e terceiro Congressos Internacionais sobre Competência Midiática, promovendo um diálogo franco com a presença de adeptos dos dois conceitos. Informações sobre os dois eventos: https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.br/ e https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.br/ e https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.br/ e https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.br/ e https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.br/ e https://cicom.observatoriodoaudiovisual.com.

não se limitam ao universo da mídia-educação, mas se estendem ao domínio dos processos de gestão da prática comunicativa proposta pela Educomunicação.

Vejamos:

Competência Geral no. 3 – Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Competência Geral no. 4 – Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Competência Geral no. 5 – Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva¹⁵.

As competências identificadas pelos números sete, nove e dez do documento trazem temas especialmente caros à gestão educomunicativa:

Competência Geral no. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defen-

¹⁵ Brasil-Ministério da Educação. *A Base Nacional Comum Curricular, Introdução: Competências Gerais da BNCC*, Brasília, 2017. Acessível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192, pg. 7. Acesso em: 12 de maio de 2018.

der ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Competência Geral no. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Competência Geral no. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários¹⁶.

Com orientações como essas, expressas com suficiente clareza, estaria comprovado que efetivamente se instalou no país um diálogo entre as Competências Gerais da BNCC e as metas da educação midiática? Não existem certezas quanto a isso, sobretudo quando se leva em conta as dificuldades de expressões como essas virem a ser efetivamente acolhidas no plano curricular de cada escola, uma vez que o projeto governamental não prevê as maneiras de implementação de tais postulados, nem mesmo propõe espaço para a reciclagem da formação de professores e alunos.

Caberá, assim, aos mídia-educadores e aos educomunicadores se articularem para discutir as especificidades do tratamento a ser dado ao tema da formação de gestores e docentes pelas duas correntes de pensamentos e de práticas, em benefício de uma adequada implantação da reforma curricular pretendida pelas autoridades.

¹⁶ *Idem*, pg. 8. Acesso em: 12 de maio de 2018.

De todas as formas, constata-se que o conceito da Educomunicação ao chegar aos 20 anos de sua sistematização alcança legitimidade suficiente para dialogar com outras propostas de natureza pedagógica e comunicacional. O fato ocorre no Brasil, mas não passa despercebido em outros lugares do globo.

A EDUCOMUNICAÇÃO, NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E ÁFRICA

Na América Latina, a Educomunicação está presente, desde os inícios do século XXI, em escolas vinculadas à rede salesiana de educação, sob a liderança da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA).

A nível intercontinental, merece destaque um projeto que envolve jovens do Brasil, Argentina, Itália, Grécia, Peru e Colômbia. Trata-se do projeto internacional "Agência Jovem de Notícias" coordenado pela ONG Viração, organização brasileira responsável por uma revista produzida por jovens. No caso da AJN, o trabalho conta com a parceria da Fundacíon Tierravida, da Argentina. Desde 2012, as organizações promovem a cobertura educomunicativa das Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontecem anualmente. Nesses eventos internacionais da ONU, os jovens criam narrativas a partir de seus olhares de adolescentes e jovens; fortalecem a ação política e a produção e disseminação de informações por/pela e com a juventude, em relação aos temas socioambientais e à justiça climática; mobilizam e formam adolescentes e jovens de diversos países para a produção colaborativa de notícias em diferentes linguagens midiáticas; desenvolvem instrumentos de integração e difusão de informações por meio da criação de um site de notícias em inglês, português, espanhol e italiano.

Merece destaque, também, a campanha "Vamos Cuidar do Planeta", um projeto de educação ambiental iniciado no Brasil e que, desde 2011, passou a mobilizar centenas de escolas do Ensino Fundamental e Médio em 16 países do Velho Continente. A Campanha é coordenada pela Associação francesa Monde Pluriel e conta com o apoio da organização brasileira Viração.

Em termos acadêmicos, o termo Educomunicação vem ganhando legitimidade na Europa, especialmente em Espanha, através das revistas *Comunicar* e *Aurália*, como afirma o editorial desta segunda publicação, que tem como título: "30 años apasionados e ilusionantes de Educomunicación" 17. Já em Madri, destaca-se o trabalho de um núcleo de pesquisadores da UNED – Universidad Nacional de Educación a Distância, responsáveis pela edição do livro *Educomunicación: mas alá del 2.0*" (APARICI, 2010). A partir de Portugal, o tema vem sendo discutido a partir da página *Educommunication*, sob a liderança de Manuel Pinto¹⁸.

O que aproxima as diferentes formas de vivenciar o conceito da Educomunicação, na Península Ibérica, é o fato do termo em questão estar sendo relacionado, em Portugal e Espanha, predominantemente nas ações voltadas para a ampliação das competências midiáticas das novas gerações, na era digital.

¹⁷ A Revista Comunicar, assim como as revisa Auralia são editadas pelo Grupo Comunicar, vinculado à Universidade de Huelva, Espanha. Afirma o editorial de Auralia, de 16 de setembro de 2017, em texto intitulado: "30 años apasionados e ilusionantes de Educomunicación": Cuando hace tres décadas un puñado de jóvenes profesores y profesoras, apasionados y motivados por una nueva educación, comenzaron la aventura de «Comunicar» (www.grupocomunicar.com) nunca pensaron que aquel dinámico pero reducido grupo iba a ir construyendo un proyecto que hoy tiene reconocimiento internacional y es un referente mundial en el ámbito de la Educomunicación. Treinta años ha sido un período dilatado, pero también casi fugaz, en el que cientos de maestros, profesores, periodistas, comunicadores... se han sumado en pro de una educación y una comunicación más ética, más participativa, más ciudadana y democrática. < https://revistacomunicar.wordpress.com/2017/09/16/grupo-comunicar-30-anos-apasionados-e-ilusionantes-de-educomunicacion/>.

¹⁸ Acesso: < https://www.scoop.it/t/educommunication>.

África também se aproxima do conceito da Educomunicação. O termo chegou ao continente, em setembro de 2010, através de um workshop oferecido a jovens jornalistas que participavam do Congresso da União Católica Internacional da Imprensa (Ucip), ocorrido, naquela data, em Ouagadougou, capital de Burkina Faso. A iniciativa foi do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP (através do Prof. Ismar de Oliveira Soares) em conjunto com a ONG Viração (através do jornalista e educomunicador Paulo Lima). Resultado concreto desse trabalho foi a criação de uma entidade denominada Associação Burkinense para a Promoção da Educomunicação¹⁹.

Em 2012, a iniciativa cresceu e passou a receber o apoio da UNESCO, transformando-se na atual *Educommunic Afrik*, aberta ao debate sobre o tema e à prática educomunicativa em toda a África. Localmente, a organização promove projetos educomunicativos em escolas e comunidades de periferia, bem como "coberturas educomunicativas" de eventos nacionais e internacionais, mantendo, para tanto, parceria com Viração Educomunicação, do Brasil. Em 2013, a Educomunicação africana foi tema de trabalho acadêmico da jornalista brasileira Maria Célia Giudicissi Rehder. Sua dissertação de mestrado teve como objeto a prática educomunicativa em Guiné Bissau.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: EDUCOM, UMA EPISTEMOLOGIA DO SUL?

A permanência da equipe brasileira em Coimbra para o seminário sobre Literacias Midiáticas deu oportunidade para outros diálogos.

¹⁹ É o que comprova a nota: "Educomunicadores criam associação e mobilizam juventude, em Burkinafasso, África" < http://www.abpeducom.org.br/educomunicadores-criam-associação-e-mobilizam-juventude-em-burkinafasso-africa/>.

Foi o que ocorreu quando a este time foi concedido o privilégio de um encontro informal com o Prof. Boaventura de Sousa Santos, acompanhado por um grupo internacional representativo de estudantes interessados nas reflexões do sociólogo. O encontro, ainda que rápido, foi suficiente para que os presentes pudessem ouvir do mestre: "Para mim a Educomunicação é uma das Epistemologias do Sul". O tema vem sendo retomado, em Portugal e no Brasil, como objeto de estudo de pesquisadores em nível de doutorado ou pósdoutorado, abrindo-se mais uma página para reflexão da natureza singular do conceito da Educomunicação²⁰.

Referências

- Aparici, R. (Coord.) (2010). Educomunicación: más allá del 2.0, Barcelona: Editorial Gedisa.
- Bevort, E. & Belloni, M. L. (2009). Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. Educ. Soc. [online], vol.30, n.109, 1081-1102. Disponível em: http://scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf/.
- Costa, E. R. (2018). Educomunicação e políticas públicas: estudo comparativo de educação midiática nas redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tese Doutoral, PPGCOM, ECA/USP.
- Davadoss, S. J. (2006). Media Education: Key Concepts, Perspectives, and Main Paradigms; as Addressed by the International Congresses for Communication Within the Period 1990-2000. Arumbu Publications.
- MJ Ministério da Justiça e PNDE (2013). *Guia de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã*. Brasília: PNUD. Disponível em: http://docplayer.com.br/355399-Comunicacao-e-mobilizacao-social-em-convivencia-e-seguranca-cidada.html.
- Pereira, A. M. (2015). Educomunicação: uma reflexão teórica sobre a rádio escola. *Comunicação, Cultura e Mídias Sociais*, XIV Congresso Internacional de Comunicação Ibercom, Anais, 1244-1237. Disponível em: http://www.assibercom.org/download/Ibercom 2015 Anais DTI-4.pdf.
- Ramos, P. (2000). *Tres décadas de educomunicación en América Latina*. Quito, Equador, OCCLAC. Disponível em: https://issuu.com/signisalc/docs/tres_decadas_de_educomunicacion_en_.

²⁰ Ver sobre o tema a nota "Educomunicação como uma Epistemologia do Sul: possibilidades emancipatórias" http://www.abpeducom.org.br/a-educomunica-cao-como-uma-epistemologia-do-sul-possibilidades-emancipatorias/.

- Soares, I. O. (1999). Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*, 1 (2),19-72. Disponível em: http://www.nceusp.blog.br/wp-content/uplo-ads/2018/10/IsmarSoares RevContato 1999.pdf.
- Soares, I. O. (2003). Educomunicação e Cidadania: a construção de um campo a partir da prática social. In C. M. Peruzzo & F. Almeida (Orgs) *Comunicação para a Cidadania* (pp. 265-286). INTERCOM-UNEB.
- Soares, I. O. (2006). Educom.rádio, na trilha de Mario Kaplún. In J. Marques de Melo et al. Educomidia, Alavanca da Cidadania (pp. 167-188). SBC, UMESP.
- Soares, I. O. (2008). El derecho a la pantalla: de la educación a los medios a la educomunicación en Brasil. *Revista Comunicar*, XVI (31), 2° semestre, 77-82. Disponível em: https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=31&articulo=31-2008-10.
- Soares, I. O. (2009). Caminos de la educomunicación. In Nomadas,194-207. Universidad Central, Bogotá.
- Soares, I. O. (2009b). Planejamento de Projetos de Gestão Comunicativa. In M. C. Costa *Gestão da Comunicação, Projetos de Intervenção* (pp. 27-54). São Paulo, Paulinas.
- Soares, I. O. (2011). Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas.
- Soares, I. O. (2013). Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In J. C. Garcia & J. M. Melo (Orgs.) Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil 2012/2013 Memória (pp. 169-202). Brasília: DF: Ipea.
- Soares, I. O. (2014). Educação midiática e políticas públicas: vertentes históricas da emergência da educomunicação na América Latina. Anais do V Encontro Brasileiro de Educomunicação, 2014, 19-29. Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/anais v encontro educomunicacao abp.
- Soares, I. O. (2016). A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. Comunicação & Educação, XXI (1), jan/jun, 13-25. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451.
- Soares, I. O. (2016). A Educomunicação na segunda versão da BNCC: caminhos para uma alfabetização midiática e informacional integrada ao currículo. ABPEducom, e-book, Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_4-_final.
- Soares, I. O, Viana, C, & Xavier, J. B. (Orgs.) (2017). Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom.Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_educom_paginas_em_sequencia.
- Soares, I. O. (2018). Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. Comunicação & Educação, XXIII (1), jan/jun, 17-25. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832.